

# “Promover reformas sem recessão”

Esta é a integra do pronunciamento do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, feito na sexta-feira, em Nova York, no seminário sobre Oportunidades de Investimento no Brasil através da Conversão da Dívida, patrocinado pelo Council of The Americas e por este jornal.

“Eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar os organizadores pela iniciativa deste seminário. Ele ocorre num momento muito importante para a economia brasileira.

A percepção da comunidade internacional sobre a economia brasileira tem-se alterado rapidamente nos últimos anos. A visão otimista do “país do futuro” deu lugar a uma avaliação mais pessimista. Dúvidas são levantadas, em particular, quanto a nossa capacidade de corrigir alguns desequilíbrios, e quanto à possibilidade de se gerar condições necessárias ao crescimento sustentado.

Em grande parte, esta situação decorre do fato de o Brasil ter atingido um estágio mais maduro no seu desenvolvimento. As mudanças no cenário internacional após 1982, com a súbita interrupção dos fluxos financeiros, fez surgir vulnerabilidades latentes. Financiar crescimento através de empréstimos bancários, conforme ocorreu nos anos 70, já não é mais possível.

A economia brasileira, está cada vez mais dependente da poupança interna. O processo de desenvolvimento terá de seguir uma nova abordagem. Novos padrões de produção e dispêndio deverão surgir, juntamente com menor intervenção estatal nas atividades econômicas e na regulamentação da economia. A modernização da indústria é crucial para aumentar a produtividade e para fazer frente a um maior nível de concorrência, tanto no mercado doméstico quanto no mercado externo.

Nos encontramos, portanto num período de transição, que por sua própria natureza é longo e difícil. Esta transição ocorre num contexto mais amplo de consolidação das instituições democráticas; num momento em que sérios problemas e pressões sociais não podem ser ignorados para o processo de ajustamento ser levado a bom termo.

## O ajuste em um cenário de escassez de recursos

E com este quadro de dificuldades que estamos implementando nossa política econômica. Ela foi concebida de modo a ajustar a economia ao novo cenário externo de escassez de recursos financeiros, e também para enfrentar distorções longamente enraizadas em nossa estrutura econômica. Ele reflete a necessidade de se repensar o papel do Estado, em sua dimensão intervencionista e regulatória, bem como a necessidade de se liberalizar nossas relações comerciais.

O principal desafio é promover as reformas necessárias sem lançar a economia numa recessão ou produzir mais ins-

tabilidade. Temos plena consciência de que o espaço de manobra é pequeno, mas estamos firmemente convencidos de que ajustamento e crescimento podem ser compatíveis.

Somente num ambiente de crescimento é possível realizar mudanças estruturais. Um pré-requisito, no entanto, é recuperar a capacidade de investimento da economia. As taxas de investimento declinaram acentuadamente, caindo de 25% no início dos anos 70 para 16,5% em 1987. Este declínio está intimamente ligado à redução na capacidade de poupança do setor público e à necessidade de aumentar a transferência de recursos para o exterior.

## Unificação do orçamento, um passo do acerto fiscal

Excluindo-se as empresas estatais, o nível da poupança do setor público reduziu-se ao equivalente a 7 por cento do PIB. No setor externo, tornamo-nos prematuramente exportadores de capital. Após 1983, a transferência de recursos reais para o exterior tem sido equivalente a 3,6 por cento do PIB ao ano.

Portanto, a fim de retomar taxas de crescimento sustentáveis é necessário promover uma efetiva redução do déficit público e assegurar um fluxo adequado de recursos externos.

O ajustamento fiscal já está sendo feito. Um primeiro e importante passo foi a unificação orçamentária, que definitivamente eliminou a possibilidade de despesas não autorizadas serem cobertas pelo Banco Central, como ocorria com frequência no passado. Outras medidas de longo alcance, tomadas nos últimos quatro meses, eliminaram subsídios, isenções tributárias e incentivos fiscais. Restrições severas foram impostas ao endividamento de governos estaduais e municipais e de empresas estatais. Uma desindexação temporária dos salários no setor público e o estabelecimento de incentivos à aposentadoria e demissão voluntárias deverão contribuir adicionalmente para reduzir os gastos, trazendo-os para um nível mais compatível com a efetiva capacidade de dispêndio do Tesouro Nacional.

Promoveu-se, também, uma revisão tributária. Esforços no sentido de aprimorar o controle e o recolhimento de impostos foram intensificados, e severas penalidades estão sendo aplicadas em casos de atraso de pagamentos. Uma política mais realista para os preços e tarifas do setor público deverá permitir nível maior de investimentos sem pressionar o orçamento fiscal.

No médio prazo, a intensificação do processo da privatização de empresas públicas deverá abrir novas oportunidades de investimento para o setor privado, além de gerar recursos adicionais para o governo. A privatização recebeu um forte impulso na semana passada, como resultado de várias medidas adotadas pelo governo.

O Estado desempenhou um papel importante na conforma-

## Menor peso da dívida

“O declínio das taxas de investimento na economia brasileira está intimamente ligado à redução da capacidade de poupança do setor público e à necessidade de aumentar a transferência de recursos para o exterior”, disse o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao participar do seminário sobre conversão de dívida realizado, na sexta-feira, em Nova York.

Nesse sentido, Nóbrega acredita que políticas internas de controle do déficit público e da inflação “devem ser apoiadas por uma redução do peso da dívida”, ou seja, por uma reversão do fluxo de transferência de recursos para o exterior, que desde 1983 tem representado 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano.

Segundo o ministro, chegou a hora do setor privado assumir o papel de liderança no

ção de nossa atual estrutura econômica. Agora, contudo, é a vez do setor privado assumir o papel da liderança no processo de crescimento e investimento. A desregulamentação da economia é um aspecto crítico nesta estratégia, como garantia de que o setor privado receberá os incentivos corretos do mercado. Neste sentido, o controle de preços foi limitado aos setores oligopolizados e aos preços e tarifas do setor público. A desregulamentação abrangente, ainda, alguns controles sobre investimentos, inclusive a flexibilização dos mecanismos de conversão de dívida em investimento.

## A dívida é fonte de incerteza para a economia

Outras medidas deverão incluir a eliminação de algumas barreiras não tarifárias, uma extensa revisão do sistema tarifário, e uma grande redução dos controles prévios sobre exportações. Desta forma, esperamos tornar nossa economia mais aberta e portanto mais competitiva, criando condições para uma política industrial que seja um instrumento efetivo de modernização e crescimento.

Qualquer tentativa de emprender uma política ativa de reformas, nessas bases, precisa ser acompanhada pela completa normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. A retomada do crescimento requer fluxos adequados de capital que permitam uma redução das transferências de recursos reais para o exterior.

O desequilíbrio nas finanças públicas, as dificuldades para a redução do déficit público e a deterioração da capacidade de poupança do Governo são em grande parte o resultado de maciças transferências de re-

processo de crescimento e investimento do País. Nesse contexto, o governo pretende reduzir “a dimensão intervencionista e regulatória do Estado” e caminhar na direção de uma maior abertura comercial. A recente flexibilização dos mecanismos de conversão de dívida, para Nóbrega, faz parte desse processo de “desregulamentação”.

A nova fase de crescimento da economia brasileira, disse Nóbrega, depende do aumento do fluxo de investimento externo. O pagamento dos juros de janeiro e fevereiro com recursos das reservas, segundo ele, significa que o Brasil está disposto a “normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional”. O governo brasileiro espera que as negociações sobre a dívida sejam concluídas e os investimentos externos retornem ao País.

curso para o exterior. No Brasil, déficit público e dívida externa estão intimamente relacionados, pois o Governo é o maior devedor externo.

A ruptura deste círculo vicioso não pode ser feita apenas pela adoção de políticas internas. Embora extremamente necessárias, elas devem ser apoiadas por uma redução do peso da dívida, que se tornou uma importante fonte de incertezas para a economia. O serviço da dívida pressiona a inflação, aumenta o déficit público e afeta negativamente a capacidade de investimento do País. O objetivo das negociações em curso com a comunidade financeira é exatamente o de obter um fluxo adequado de recursos que permita ao Brasil realizar as reformas necessárias e retomar o crescimento em bases sustentadas.

As negociações com os bancos credores encontram-se em estágio bastante avançado. Já se chegou a um acordo em pontos importantes do protocolo para reestruturação de médio prazo da dívida. O Brasil realizou o pagamento dos juros de janeiro e fevereiro com suas próprias reservas. Esta é uma indicação inequívoca da determinação de concluir as negociações e normalizar as relações com a comunidade financeira internacional o mais rapidamente possível. Já é hora, portanto, de se concluírem as negociações em torno do protocolo.

## Negociação com credores está em estágio avançado

Em esforço simultâneo, o Brasil vem intensificando o diálogo e cooperação com as instituições financeiras e multilaterais. Uma equipe de técnicos brasileiros esteve em Washington em fevereiro último e manteve discussões cons-

trutivas com o FMI sobre a situação da economia brasileira. Eles estarão retornando a Washington na próxima semana para continuar aquelas discussões. Brevemente, uma missão do FMI irá ao Brasil para iniciar formalmente as negociações em torno de um acordo “stand-by”. Uma maior cooperação com o Banco Mundial deve também ser buscada como apoio importante ao nosso programa de investimentos e ajustamento. Nossa meta é reverter o fluxo negativo de recursos que ocorreu no ano passado. Juntos, Brasil e Banco Mundial poderão fazer muito mais.

## A normalização das relações com a comunidade internacional

A conclusão das negociações com o FMI será seguida da retomada das discussões com o Clube de Paris. O reescalamento dos pagamentos devidos a credores oficiais deverá propiciar maior folga no setor externo. A retomada das operações com agências oficiais de crédito à exportação aumentará nossa capacidade de impor-

tar, o que é interessante tanto para o Brasil quanto para seus parceiros comerciais.

O Brasil está determinado a intensificar seus esforços no sentido de alcançar a total normalização de suas relações com a comunidade financeira internacional. Esta é uma condição para remover as incertezas hoje presentes na economia, e portanto um requisito para o aumento do fluxo de investimento externo no País. Ao iniciarmos uma nova fase em nosso processo de desenvolvimento, voltada para o ajustamento, modernização e ampliação de nossa estrutura produtiva, contamos com a participação de investimentos externos.

Encontramo-nos num momento decisivo de nosso processo de desenvolvimento. As potencialidades de nossa economia deverão fornecer a base necessária à superação das atuais dificuldades, do mesmo modo que em outras ocasiões. As medidas e iniciativas que estamos implementando constituem um esforço importante para corrigir desequilíbrios internos, estabilizar a economia e abrir caminho para a retomada do crescimento. Algumas delas exigem forte determinação do governo, na medida em que possuem implicações políticas e sociais complexas. Esperamos que nossos parceiros na comunidade internacional respondam positivamente aos nossos esforços”.